



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

A PEDAGOGIA SOCIAL COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

Eloíse Cousseau Machry¹

Henri Luiz Fuchs²

RESUMO

Este artigo apresenta uma breve contextualização do cenário das desigualdades sociais e suas relações com as esferas educacionais e, a partir dessas, reflete acerca de teorias e práticas que podem ser tomadas no sentido de tornarem a sociedade mais igualitária. Desta forma, a presente pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e objetivos exploratórios, tem como contribuições Paulo Freire e Pierre Bourdieu e, a partir destes, propõe a Pedagogia Social como ferramenta de enfrentamento às desigualdades sociais. Para tanto, buscou-se aporte teórico em Campos (2023), Monteiro et. al (2020), Alves, Oliveira e Sousa (2021), Lakatos e Marconi (2003), Godoy (1995), OXFAM Brasil (2021), Souza (2019), Ribeiro (2011), Cruz (2022), Setton (2010), Bourdieu (1971; 1978; 1994; 2011 e 2012), Freire (1987; 1996 e 2000), Albuquerque (2020), Brum (2014), Wegner (2008), Petrus (1997) e Graciani (2006; 2009). Através do estudo foi possível compreender a Pedagogia Social como um conceito e uma prática que se refere mais notadamente à intervenções na sociedade e a criação de espaços educacionais nos quais os indivíduos que encontram-se em alguma situação de vulnerabilidade, especialmente os oprimidos, tenham a oportunidade de refletir criticamente sobre suas condições sociais e desenvolver a consciência de si mesmos como agentes de transformação social. Para além disso, confirmou-se o potencial da Pedagogia Social como ferramenta aliada no enfrentamento das desigualdades sociais, de modo a contribuir ainda mais na luta por uma sociedade justa, crítica e igualitária.

Palavras-chaves: Pedagogia Social. Desigualdades. Pierre Bourdieu. Paulo Freire.

1 INTRODUÇÃO

Os modos de vida de cada indivíduo, os quais são amplamente observados na sociedade, são afetados significativamente pela economia, produções culturais e relações sociais. Baixos resultados escolares, altas taxas de violência e baixas expectativas profissionais são índices que, na prática, têm relações muito mais

1 Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves. E-mail: eloisecousseau2@gmail.com.

2 Professor/a orientador/a. Docente no curso de Pedagogia do IFRS - Campus Bento Gonçalves.

próximas com os grupos menos favorecidos.

Tais aspectos podem ser comprovados ao observarmos os dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018, p.1), os quais dizem que somente 2,1% dos alunos carentes brasileiros aprendem o nível aceitável em Ciências e que 11,8% dos jovens pobres de 15 a 17 anos abandonaram a escola sem concluir o ensino médio (IBGE, 2018).

Ainda neste sentido, conforme explica CAMPOS (2023, p.1), “o índice de pobreza é delimitado pelo IBGE, com base em indicadores oferecidos pelo Banco Mundial”. Do mesmo modo, segundo o mesmo autor, a extrema pobreza acontece quando uma pessoa possui uma renda inferior a US\$ 1,90 por dia, que na moeda brasileira, é próximo de R\$ 168,00 por mês. Já a pobreza é quando uma pessoa possui renda diária inferior a US\$ 5,50 por dia, ou seja, aproximadamente R\$ 486,00.

Com base nestas definições existem, no Brasil, cerca de 62,5 milhões de pessoas em situação de pobreza. Destes, ainda, 17,9 milhões de indivíduos são classificados como pessoas em extrema pobreza (IBGE, 2021).

Frente a presença cada vez mais considerável da pobreza no meio social e das relações entre esta e as desigualdades educacionais, considera-se extremamente relevante refletir sobre como os docentes e a escola como um todo podem auxiliar no enfrentamento e na diminuição dessas.

Neste sentido, há de se destacar a relação direta existente entre as desigualdades e a educação, pois conforme nos diz MONTEIRO et al (2020, p. 7), a

superação das desigualdades e a minimização das fragilidades e vulnerabilidades humanas que se encontram tão alargadas na sociedade estão vinculados à educação, compreendida como um meio de transformação social e com a busca do aperfeiçoamento do indivíduo, tendo em vista o seu o inacabamento.

Entretanto, não é qualquer educação que consegue cumprir com a função social da escola e desenvolver as potencialidades físicas, sociais, cognitivas e afetivas dos indivíduos, mas sim aquela que, do mesmo modo que já defendiam Pierre Bourdieu (1971; 1978; 1994; 2011 e 2012) e Paulo Freire (1987; 1996 e 2000), considera a aprendizagem diretamente relacionada com o contexto do aluno

para ser significativa e se preocupa com estratégias educativas que facilitem a transformação social para, de fato, promover mudanças na sociedade.

Ressalta-se aqui que o exercício de aproximar Bourdieu e Freire ainda é um campo pouco explorado na pesquisa acadêmica e, apesar de ser muito importante para a constituição desta pesquisa bibliográfica, não é seu ponto central.

Posto isso, a Pedagogia Social apresenta-se como uma possível solução para erradicar ou, ao menos, amenizar as circunstâncias que afetam negativamente os grupos de vulnerabilidade, principalmente os mais desfavorecidos.

Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo geral demonstrar, por meio de revisão bibliográfica, as relações existentes entre educação e as desigualdades e, a partir disso, apresentar a pedagogia social como uma possibilidade de auxílio neste processo.

Como objetivos específicos, busca-se compreender que o cenário geral das desigualdades sociais afeta, prioritariamente, os grupos menos economicamente favorecidos; assimilar, através de Paulo Freire e Pierre Bourdieu, as relações intrínsecas entre educação e desigualdades sociais e proporcionar reflexões acerca das práticas docentes que podem ser adotadas no enfrentamento destas e conceituar a pedagogia social, apresentando-a como ferramenta de enfrentamento social, bem como apresentar sua história, o que prega e seus desafios.

Diante do exposto, a pesquisa assume um caráter bibliográfico, de natureza qualitativa e objetivos exploratórios. O presente trabalho, então, faz uma reflexão teórica e organiza-se em seis seções.

A primeira disserta sobre a metodologia do trabalho, bem como a justificativa pela escolha do método. Posteriormente, apresentam-se algumas definições iniciais, como o conceito e as relações entre as desigualdades sociais e educacionais. Já a terceira e a quarta seção trazem alguns aspectos das obras de Pierre Bourdieu e Paulo Freire, destacando elementos essenciais no enfrentamento das desigualdades. A penúltima trata especificamente da Pedagogia Social e, por fim, traz as considerações finais, que sintetizam os conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa e destacam os desafios acerca dela.

Destaca-se que, através da pesquisa realizada, foi possível perceber o quanto a Pedagogia Social, apesar de não poder resolver sozinha os problemas do

mundo e as disparidades existentes entre grupos que ocupam o mesmo planeta, pode ser uma forte aliada nestes enfrentamentos, de modo a contribuir na luta por uma sociedade mais igualitária através do reconhecimento das especificidades de cada um dos atores sociais e educacionais.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica que, como nos diz ALVES, OLIVEIRA e SOUSA (2021), tem como objetivo coletar informações através de referências teóricas já publicadas e analisar o objeto de estudo sob o olhar destas diversas fontes.

Diferente do que se pode imaginar frente às demais formas de pesquisa, a bibliográfica exige igual dedicação e comprometimento, uma vez que “[...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183).

Neste mesmo sentido, caracteriza-se por ser de natureza qualitativa com objetivos exploratórios, procurando “obter dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada” (GODOY, 1995, p. 58). Além disso, por ser uma pesquisa qualitativa, visa “proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43).

Para tanto, buscou-se aporte metodológico em em Campos (2023), Monteiro et. al (2020), Alves, Oliveira e Sousa (2021), Lakatos e Marconi (2003), Godoy (1995), OXFAM Brasil (2021), Souza (2019), Ribeiro (2011), Cruz (2022), Setton (2010), Bourdieu (1971; 1978; 1994; 2011 e 2012), Freire (1987; 1996 e 2000), Albuquerque (2020), Brum (2014), Wegner (2008), Petrus (1997) e Graciani (2006; 2009).

3 DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS: ALGUMAS RELAÇÕES

3.1 Algumas definições iniciais

Conforme a OXFAM Brasil, confederação composta por 19 organizações que atua em mais de 90 países na busca de soluções para a pobreza, a desigualdade e a injustiça, conceitua desigualdade como sendo qualquer condição que “condiciona, limita ou prejudica o status e a classe social de uma pessoa ou um grupo e, conseqüentemente, interfere em requisitos primários para a qualidade de vida” (2021, p. 1).

Além disso, a confederação destaca que as desigualdades podem ser subdivididas em três tipos principais: econômica, social e política (IBIDEM, p. 1). Cada grupo reforça a composição e as características do outro, logo, eles estão intimamente relacionados e se auto perpetuam. Ademais, nenhum tipo de desigualdade ocorre primeiro em detrimento das demais, por isso, essa é uma formação circular.

Obviamente que existem inúmeras definições para além dessa. Entretanto, a fim de compor o campo semântico da presente pesquisa, a definição escolhida está mais voltada para os aspectos sociais das desigualdades.

Existem diversas relações entre desigualdades sociais e desigualdades educacionais. Em muitos casos, a desigualdade social pode contribuir para disparidades educacionais significativas. Por exemplo, indivíduos de classes socioeconômicas mais baixas tendem a enfrentar maiores obstáculos para acessar uma educação de qualidade devido a restrições financeiras, falta de recursos e acesso limitado a instituições educacionais adequadas.

Além disso, a desigualdade social pode influenciar os níveis de preparação disponíveis para os estudantes. Crianças provenientes de famílias com menos recursos financeiros muitas vezes têm menos acesso a materiais educacionais e oportunidades extracurriculares enriquecedoras, o que pode afetar negativamente seu desempenho acadêmico e limitar suas perspectivas futuras.

A desigualdade social também pode afetar a qualidade do ensino. Escolas localizadas em áreas economicamente desfavorecidas muitas vezes enfrentam desafios adicionais, como falta de financiamento adequado, professores menos experientes e infraestrutura deficiente. Esses fatores podem levar a disparidades na qualidade da educação oferecida, perpetuando assim, as desigualdades

educacionais.

Todas estas situações podem ser comprovadas ao observar que, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2014), apenas 22% dos jovens mais pobres completaram o ensino médio aos 19 anos, quando se comparado aos jovens da mesma idade. Outro dado que corrobora com o anterior é dado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e apresenta o número de 9,88% quanto às crianças que desistem de ir para a aula por causa da distância e por falta de meios necessários para chegar à escola.

Neste sentido, há de se destacar que as desigualdades sociais e educacionais são fenômenos que relacionam-se intrinsecamente e, sendo frequentemente estudados “em diversos campos da pesquisa em educação e devidamente comprovada por pesquisadores e pesquisadoras experientes” (SOUZA, 2019, p. 20), vêm apontando que, apesar da educação pública e de qualidade ser um direito previsto em lei e ser um forte auxílio na superação das desigualdades, ela está longe de ser alcançada.

Este fator pode, logicamente, estar associado a muitas outras causas como as desigualdades financeiras, sociais, de acesso, entre outros. Entretanto, a fim de delimitar a presente pesquisa bibliográfica, focar-se-á nos aspectos relacionais entre as desigualdades econômicas, sociais e educacionais.

Mais do que compreender estas relações, é importante entender como estas se conceituam. Em relação às desigualdades educacionais, Ribeiro (2011) as entende como desigualdades de oportunidades estas se concretizariam a partir das condições de vida das famílias e das características das instituições escolares a que os estudantes têm acesso.

Nesta lógica, o mesmo autor sinaliza a inter-relação entre desigualdades sociais e educacionais ao afirmar que: “para melhorar o acesso e progressão no sistema educacional brasileiro precisamos não apenas melhorar a qualidade das escolas, mas também as condições de vida das famílias brasileiras” (RIBEIRO, 2011, p. 79). Subentende-se, assim, que a garantia de direitos sociais fundamentais proporciona maiores oportunidades educacionais.

3.2 Pierre Bourdieu, as desigualdades sociais e o contexto educacional

Pierre Félix Bourdieu (1930-2002), sociólogo francês que viveu em um período marcado por diversas transformações e enormes avanços sociais, dedicou-se à teoria de que o mundo constrói-se a partir de estruturas materiais e simbólicas que, de modo interdependente, impõem os modos dos sujeitos comportarem-se socialmente e estudou de que forma “os indivíduos incorporam, reproduzem e legitimam tais estruturas” (CRUZ, 2022, p.1).

Neste sentido, a organização de cada sociedade se dá através de um sistema hierarquizado de status e privilégios que resulta das relações entre as estruturas materiais/econômicas (salário, imóveis, carros, ...) e as simbólicas/culturais (experiências, escolas, status, ...).

Concomitante à isso, a posição ocupada por cada indivíduo é definida a partir da “desigual distribuição de recursos e poderes [...] ou, ainda, de acordo com o volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos e ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais” (SETTON, 2010, p.1).

Bourdieu começou a aprofundar seus estudos na área educacional quando, por volta de 1960, percebeu que as desigualdades escolares têm sua origem na hierarquização social do meio em que cada indivíduo está inserido e enfatizou que a escola enquanto instituição de ensino é um espaço de legitimação e reprodução das estruturas sociais (BOURDIEU, 1978).

Isso ocorre, segundo Bourdieu, pois a escola, não sendo uma instituição neutra e ignorando completamente as desigualdades existentes na vida humana, considera que todos os alunos possuem as mesmas chances e condições e, portanto, atrela o rendimento dos estudantes à sua própria sorte (BOURDIEU, 1978).

A fim de nomear tal situação e torná-la mais clara frente aos seus impactos negativos na vida dos alunos, em 1971, na obra “Reprodução cultural e reprodução social”, escrita em co-autoria de Jean-Claude Passeron, Pierre Bourdieu emprega, pela primeira vez, o termo “Capital Cultural”, aspecto que torna-se central em toda sua obra.

Capital Cultural é, conforme as palavras de Bourdieu (1971), a familiaridade com a cultura legítima dentro de uma sociedade, ou ainda, o acúmulo de

conhecimentos, comportamentos e habilidades que uma pessoa adquire de modo externo à educação formal, como por transmissão familiar, acesso à cultura, entre outros.

Para além do capital cultural, outros dois aspectos fundamentais na obra de Bourdieu: “violência simbólica” e “*habitus*”.

O conceito de violência simbólica, conforme explicitado por Bourdieu (2012), é a capacidade de impor significados e crenças às pessoas de maneira sutil, sem o uso explícito de força física, por meio de sistemas simbólicos, como a linguagem, as normas sociais, os valores culturais, as instituições e as estruturas de poder. Esses sistemas são modelados e controlados pelas classes dominantes ou grupos sociais privilegiados e são internalizados pelas pessoas que vivem em uma determinada sociedade.

Já *habitus*, conforme palavras do mesmo autor, é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem [...] as práticas e as ideologias características de um grupo” (2011, p. 191) e, portanto, inclui tanto as representações do indivíduo sobre si e sobre sua realidade, quanto o sistema de práticas, valores, crenças e aspirações em que ele está inserido.

A relação entre esses conceitos, portanto, reside no fato de que o *habitus* é moldado pelo capital cultural e pela violência simbólica. Enquanto o capital cultural influencia a formação do *habitus*, uma vez que as experiências culturais e a socialização dos indivíduos afetam suas disposições incorporadas, a violência simbólica, por sua vez, contribui para a reprodução das desigualdades através da internalização das relações de dominação.

Sendo possível perceber algumas semelhanças entre a educação da época de Bourdieu e aquela praticada nas escolas do século XXI, que frequentemente envolve processos de violência simbólica, é essencial reconhecer que a superação das desigualdades sociais e educacionais requer uma mudança no sistema escolar. Isso implica transformar a escola em um ambiente de reflexão crítica sobre a organização social e, conseqüentemente, na criação de um novo *habitus*.

Na perspectiva de Bourdieu, tais mudanças deveriam acontecer a partir da tomada de consciência dos indivíduos através de um conhecimento praxiológico que

tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer um questionamento das questões de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador, situando-se no próprio movimento de sua efetivação (1994, p. 47).

O conhecimento praxiológico, neste sentido, pode ser compreendido como o conhecimento e as habilidades práticas que os indivíduos adquirem em interação com os diferentes campos sociais em que estão inseridos.

Desta forma, o conhecimento praxiológico, moldado pelo *habitus*, pela violência simbólica e pelas estruturas estruturadas, influencia diretamente as ações e estratégias adotadas pelos atores sociais e, por isso, acaba por possibilitar ao indivíduo a capacidade de reflexão crítica e, conseqüentemente, a tomada de consciência necessária para transformar sua realidade.

Seguindo nesta visão crítica da educação que possibilita aos indivíduos refletir sobre as relações sociais e buscar a transformação social, a próxima seção tratará de outro autor que contribuiu energicamente para esta discussão: Paulo Freire.

3.3 Paulo Freire e o enfrentamento das desigualdades

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), educador e filósofo pernambucano, conhecido desde 2012 como patrono da educação brasileira, revolucionou a forma como a educação é concebida e implementada, especialmente no contexto da educação popular e da alfabetização jovens de adultos.

Dentre tantas contribuições de Freire, as mais significativas se referem a uma nova concepção de educação, a importância de conhecer a realidade dos alunos e ao diálogo como instrumento pedagógico. Cabe ressaltar aqui que, diante da grandeza das produções de Freire, existem muitas outras contribuições. Entretanto, a fim de compor o campo semântico desta pesquisa, estas foram as escolhidas.

A nova concepção de educação proposta por Freire buscou romper com os modelos tradicionais de ensino da época, chamados por ele de “educação bancária”,

nos quais

a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens (FREIRE, 1987, p. 37).

A educação bancária se apresenta como uma grande problemática pois, além de apagar os conhecimentos que os alunos possuem e os separar de suas bagagens, ela torna o processo educacional extremamente vertical, onde quem ensina é o único quem sabe e escolhe, baseado em seus credos e valores, o que quem aprende o faz. Isso atenua ainda mais as desigualdades e continua a perpetuar as relações de exploração e dominação da sociedade.

Em oposição à educação bancária, Freire passa a considerar a educação como um processo libertador, capaz de transformar não apenas a vida dos indivíduos, mas também as estruturas sociais injustas e opressivas.

Outro ponto central do livro “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa” (1996) se refere a importância de conhecer a realidade dos educandos e valorizar seus saberes e experiências. Ao fazer isso, o educador não apenas compreende as condições de vida de cada aluno, mas também reconhece a diversidade dos saberes que cada um traz consigo, tornando a educação mais contextualizada e com sentido.

Referente à isso, Freire mesmo traz que

o pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (1996, p.17).

O terceiro e último ponto refere-se ao diálogo como instrumento pedagógico. No contexto da pedagogia freireana, conforme explicitado por Albuquerque (2020, p. 1), “o diálogo é uma ferramenta poderosa para promover a aprendizagem, a conscientização e a transformação social”.

O diálogo, portanto, deve ocorrer em um ambiente horizontal, no qual

educador e educando encontram-se em igualdade de condições, reconhecendo-se como sujeitos ativos no processo educativo, uma vez que

não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1996, p. 13).

Por meio do diálogo, os educandos são incentivados a expressarem suas ideias, dúvidas, questionamentos e reflexões. O educador, por sua vez, escuta-os atentamente, acolhe suas contribuições e os estimula a aprofundar suas reflexões. Esse processo cria um ambiente de aprendizagem colaborativa, no qual todos são desafiados a pensar criticamente, a construir conhecimento de forma coletiva, estimulando assim, a consciência crítica dos educandos.

As contribuições de Paulo Freire são de extrema relevância em um contexto de desigualdades sociais, uma vez que oferecem uma abordagem que valoriza os saberes e experiências dos educandos, permitindo que estes se tornem sujeitos ativos na construção do conhecimento e na transformação de sua realidade.

Todos estes pontos da obra de Freire podem ser encontrados indiretamente por toda sua teoria e, principalmente, em seu livro publicado pela primeira vez em 1968, "Pedagogia do Oprimido".

Nele, a pedagogia do oprimido constrói-se como uma abordagem pedagógica baseada na compreensão de que a educação não deve ser apenas um processo de transmissão de conhecimentos, mas também um meio de conscientização e libertação dos indivíduos, uma vez que "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" (FREIRE, 2000, p. 31).

Portanto, relacionando os pontos centrais do campo semântico escolhido por entre as produções de Freire e a pedagogia do oprimido como abordagem pedagógica, a transformação social teria início a partir do reconhecimento dos oprimidos de sua condição e do não aceitação desta como normal.

Isso seria possível através de um ensino que reconhece a cultura do educando e age com base nela, de modo a fazer sentido para aquele que está aprendendo. A educação seria, neste sentido, uma ferramenta de conscientização

política e de classe para os educandos.

3.4 Um terceiro modelo possível

Aproximar as ideias de Pierre Bourdieu e Paulo Freire em relação à tomada de consciência e ao reconhecimento dos oprimidos no enfrentamento das desigualdades pode ser um movimento um tanto quanto estranho, principalmente por suas divergências teóricas e políticas.

Entretanto, a correlação entre os fundamentos teóricos de ambos autores concorda que é preciso romper com as práticas educativas tradicionais e não críticas, as quais reforçam e, desse modo, atuam para a manutenção da sociedade desigual tal qual ela se apresenta e, neste sentido, possibilitam a reflexão acerca de um possível terceiro modelo, que não mundo pois é voltado para a realidade brasileira, de transformação social, que pode ser chamado de "Pedagogia Social".

A Pedagogia Social caracteriza-se mais por intervenções na sociedade do que pelo desenvolvimento do campo teórico e pode ser concebida como uma abordagem que combina tanto a teoria do *habitus* de Bourdieu quanto a pedagogia do oprimido de Freire.

Para isso, sugere a criação de espaços educacionais nos quais os indivíduos, especialmente os oprimidos, tenham a oportunidade de refletir criticamente sobre suas condições sociais e desenvolver a consciência de si mesmos como agentes de transformação social.

Em termos históricos, a Pedagogia Social foi pensada pela primeira vez em 1850, na Alemanha, e chegou ao Brasil logo depois, através dos estudos de Henrique Pestalozzi, pedagogo suíço que acreditava que “pela educação seria possível transformar a sociedade, tirando o povo da ignorância e da miséria, dando-lhe liberdade e autonomia” (BRUM, 2014, p. 37).

Ainda conforme as ideias de Pestalozzi, a Pedagogia Social “buscava adaptar crianças ou adolescentes com sintomas de delinquência juvenil, retardamento e portadores de deficiências ao meio social” (WEGNER, 2008, p. 21). Entretanto, conforme os anos foram passando e a sociedade organizando-se, a gama dos

excluídos e de outros que precisavam de auxílio para uma melhor adaptação ou reinserção social não eram mais apenas os portadores de necessidades especiais, mas também analfabetos, crianças e adolescentes que trabalhavam para suplementar a renda familiar, dependentes químicos, pessoas que não se adaptavam ao ensino escolar, entre outros (WEGNER, 2008, p. 21).

Isto fez com que os ideais iniciais da Pedagogia Social e os públicos abarcados por esta fossem reformulados e migrassem para outras áreas da educação como, por exemplo, a Educação Especial ou, ainda, a Educação de Jovens e Adultos.

De modo geral, a essência da Pedagogia Social compreende a educação como direito, busca um atendimento a todas as pessoas em condição de vulnerabilidade social, independente de classe social e condições econômicas, e tem como objetivos centrais intervir diretamente na realidade, a fim de modificar situações problemáticas através de estratégias educativas, bem como formar o educando como ser social que compreende sua realidade.

Além disso, propõe que a transformação social e o enfrentamento das desigualdades ocorra através do reconhecimento das especificidades de cada um dos atores educacionais, principalmente dos alunos, e que, a partir de cada contexto, seja possível construir diversos conhecimentos, de modo que estes, os mais desfavorecidos socialmente, superem sua condição a partir da educação e alcancem seu lugar no mundo.

Neste sentido, a Pedagogia Social acredita em uma educação que não se limita aos muros da escola e à transmissão de conhecimento, mas como num espaço de direito e qualificado para os indivíduos que vivem em situações desiguais e demais atores sociais que encontram-se em condições vulneráveis.

Sendo a Pedagogia Social um conceito e uma prática que pode contribuir para o enfrentamento e superação das desigualdades sociais esta, conforme Petrus (1997), precisa abranger três aspectos, a saber:

a) Como formação das capacidades sociais dos cidadãos para que estes possam conviver de forma equiparada e solidária em sociedade. Esse processo inclui o desenvolvimento de habilidades como comunicação, cooperação, respeito mútuo,

responsabilidade social, entre outras, que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

b) Como atuações escolares e extraescolares, podendo ser aplicada em atividades extracurriculares, como forma de promover a educação integral dos alunos, levando em conta não só o aspecto cognitivo, mas também o social, emocional e cultural. É importante que, nesse sentido, a escola seja um espaço de formação de valores e de desenvolvimento humano integral, a fim de tornar o mundo um local mais justo e igualitário.

c) Como um sistema de oferta social e cultural que atua diretamente nas áreas mais vulneráveis do trabalho social educativo e não assistencial. Isso inclui o desenvolvimento de projetos sociais e culturais em comunidades carentes, ações de prevenção da violência e do uso de drogas, programas de inclusão social, entre outras iniciativas que visam promover a cidadania e a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Além destes três aspectos orientadores elaborados por Petrus, existem passos metodológicos propostos por Graciani, professora doutora em educação que dedicou-se amplamente aos estudos da Pedagogia Social, especialmente aqueles de rua. Dentre estes passos, destacam-se:

a desterritorialização do educador social de valores preconceituosos, a necessidade da escuta, a consciência do momento de cada criança e adolescente, a necessidade de preservação da privacidade dessas pessoas, a paciência pedagógica e a clareza que o processo educativo não é linear, mas repleto de conflitos e contradições (2009, p. 222).

Do mesmo modo como defendeu Freire, a Pedagogia Social detém como cerne de seu desenvolvimento a metodologia dialética (GRACIANI, 2006) em que o diálogo é mais do que uma simples troca de palavras; é um processo de comunicação aberto e horizontal, no qual educadores e educandos se envolvem em uma relação de igualdade, respeito e aprendizado mútuo e, portanto, desempenha um papel central na teoria e prática.

Neste sentido, conforme Graciani (2006, p. 1),

a Pedagogia Social, com característica libertadora, vai emancipando cada

vez mais o sujeito, e sua possibilidade de exploração e construção de conhecimentos, por meio de pensamento. Pensa a sua prática, o seu saber individual e coletivo, aprende o que foi teorizado por outros pensadores que escreveram sobre seu pensado, por meio de artigos, livros e teses. De posse de suas elaborações e outras teorias, pode comparar, associar, problematizar, questionar pontos convergentes e divergentes, contraditórios ou antagônicos entre os diferentes saberes [...].

Por ser uma prática relativamente nova e tratar de um assunto delicado que envolve relações de poder que perpetuam as desigualdades sociais, a Pedagogia Social possui muitos desafios frente a sua efetiva **implementação**.

Dentre os principais desafios destacam-se a inequidade socioeconômica, em que a falta de recursos ou infraestruturas inadequadas dificultam o desenvolvimento das ações, a resistência e estigma, uma vez que algumas pessoas percebem a abordagem como uma ameaça ao status quo ou como uma forma de estigmatizar negativamente as comunidades, e ainda, a própria formação de profissionais, já que a implementação eficaz da pedagogia social requer profissionais capacitados e engajados e, geralmente, há falta de programas de formação específicos nessa área.

Embora Bourdieu e Freire não tenham tido um diálogo direto com a Pedagogia Social, é possível encontrar pontos de convergência entre suas ideias no contexto da educação crítica e transformadora.

No contexto da Pedagogia Social, que busca promover a educação em comunidades vulneráveis, as ideias de Bourdieu e Freire podem ser articuladas de maneiras complementares, uma vez que ambas buscam oferecer aos educandos ferramentas para compreender e questionar as estruturas sociais e, ao mesmo tempo, os tornarem agentes de transformação social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo abordou a relação entre as desigualdades sociais e educacionais, destacando a importância da educação como ferramenta para enfrentar essas disparidades. Foi evidenciado que os grupos menos favorecidos são os mais afetados por baixos resultados escolares, altas taxas de violência e baixas expectativas profissionais.

Além disso, destacou também que a desigualdade social afeta diretamente o

acesso à educação de qualidade, os níveis de preparação dos estudantes e a qualidade do ensino oferecido.

Diante deste cenário, a pesquisa bibliográfica buscou refletir acerca de algumas teorias que podem contribuir para o enfrentamento e a diminuição das desigualdades e ressaltou que a educação deve considerar a aprendizagem significativa, relacionada ao contexto do aluno, e se preocupar com estratégias educativas que promovam a transformação social.

Em relação a Pierre Bourdieu, foram apresentados os conceitos de capital cultural, violência simbólica e *habitus*. Bourdieu enfatizou que a escola reproduz as desigualdades sociais, uma vez que considera que todos os alunos possuem as mesmas chances e condições, o que perpetua as disparidades. Para superar essas desigualdades, Bourdieu propôs mudanças no sistema social e, conseqüentemente, no sistema escolar, transformando-o em um espaço de reflexão crítica e de construção de um novo *habitus*.

Quanto a Paulo Freire, foi destacado seu papel como educador e sua visão de educação como ferramenta de enfrentamento das desigualdades. Sua abordagem pedagógica baseada na pedagogia do oprimido foi desenvolvida a partir de três aspectos principais, quais sejam ele a nova concepção de educação, a importância de conhecer a realidade dos alunos e ao diálogo como instrumento pedagógico, e ressaltou a importância destes aspectos para a construção de uma educação crítica e emancipatória.

Nesse contexto, a Pedagogia Social foi apresentada como uma terceira possível abordagem para erradicar ou amenizar as circunstâncias que afetam negativamente os grupos mais desfavorecidos.

Através da pesquisa bibliográfica, foi possível perceber o potencial da Pedagogia Social como ferramenta de enfrentamento às desigualdades, de modo a contribuir na luta por uma sociedade mais igualitária através do reconhecimento das especificidades de cada um dos atores educacionais, principalmente dos alunos.

Desta forma, a partir de cada contexto e da Pedagogia Social, torna-se possível a construção de conhecimentos significativos, de modo que, aos mais socialmente vulneráveis, seja legítimo superar as condições de desigualdade a partir da educação e alcançar seu lugar no mundo.

Por fim, foi possível perceber que apesar das possibilidades e da relevância da Pedagogia Social, esta ainda têm muitos desafios a enfrentar. Dentre estes, destacam-se a inequidade socioeconômica, a resistência e o estigma, e ainda, a própria formação de profissionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Targelia de S. Paulo Freire na escola: ensinar exige diálogo. **Construir Notícias**. Disponível em: <<https://www.construirnoticias.com.br/paulo-freire-na-escola-ensinar-exige-dialogo/>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

ALVES et. al. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

ALVES, Lázaro G. R.; LIMA, Náthaly M. F. de L. A força da educação para conter a desigualdade social existente no Brasil. **Meu Artigo UOL**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-forca-da-educacao-para-conter-a-desigualdade-social-existente-no-brasil.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

BRASIL, Oxfam. País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras 2018. Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

BORGES, Priscilla. Apenas 22% dos jovens mais pobres completaram o ensino médio aos 19 anos. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/apenas-22-dos-jovens-mais-pobres-completaram-o-ensino-medio-aos-19-anos/>. Acesso em: 27 mai. 2023.

BOURDIEU, Pierre. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa: Editorial Vega, 1978.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, n. 39, p. 46-86, 1994.

BRUM, Mara L. T. A Pedagogia Social em Pestalozzi: teoria e prática pedagógica. Orientadora: Prof. Dr^a Neiva Afonso Oliveira. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3198/1/BRUM%2C%20Mara%20Lucia%20Teixeira.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

CAMPOS, Mateus. Pobreza no Brasil: causas e consequências. **Mundo Educação**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm#:~:text=Extrema%20pobreza%20no%20Brasil>>. Acesso em: 27 mai.

2023.

CANDIDO, Marcos. O que são a educação bancária e a libertadora formuladas por Paulo Freire? **ECO A UOL**. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/01/o-que-sao-a-educacao-bancaria-e-a-libertadora-formuladas-por-p-freire.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CRUZ, Natália. Pierre Bourdieu. **Quero Bolsa**. Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/enem/sociologia/pierre-bourdieu>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

Desigualdade Social: um panorama completo da realidade mundial. **OXFAM Brasil**. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/desigualdade-social-um-panorama-completo-da-realidade-mundial/#:~:text=A%20desigualdade%20pode%20ser%20subdividida,relacionados%20e%20se%20auto%20perpetuam>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

FERNANDES, Daniela. Só 2,1% dos alunos carentes no Brasil aprendem o nível aceitável em Ciências, diz OCDE. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/amp/brasil-45961795?__twitter_impression=true>. Acesso em: 23 set. 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, 35(2), p. 57-63, 1995.

GRACIANI, Maria S. S. A Pedagogia Social no Trabalho com crianças e adolescentes de rua. In: João Clemente; SILVA, Roberto; MOURA, Rogério. Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

_____. Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção. Scielo Proceedings, São Paulo, março de 2006.

HORIZONTES, Fabiane. Pesquisa qualitativa, exploratória e fenomenológica: alguns conceitos básicos. **Administradores.com**. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/pesquisa-qualitativa-exploratoria-e-fenomenologica-alguns-conceitos-basicos>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. Fundamentos de Metodologia

Científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTEIRO et. al. A Educação e a Justiça Social na Superação das Desigualdades Sociais. Revista UFG, v. 20, 2020.

PETRUS, Antonio (coord.). Pedagogia Social. Barcelona: Ariel, 1997.

PIES, Neri Gervasio. Capital cultural e educação em Bourdieu. Orientador: Prof. Dr. Eldon Henrique Mühl. 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação: Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2018. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/706/1/2011NeriGervasioPies.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RIBEIRO, Carlos A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

SANTOS, José V. T. do. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 108, p. 183-190, 2015.

SANTOS, Karine; PAULA, Ercília M. A. T. de. A teoria de Paulo Freire como fundamento da pedagogia social. Interfaces Científicas, Aracaju, v. 3, n. 1, p. 33-44, out., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1629/978>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SARAIVA, Adriana. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

SETTON, Maria da G. J. Uma introdução a Pierre Bourdieu. **Cult**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/uma-introducao-a-pierre-bourdieu/>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

SILVA, Margareth C.; MENEZES, Janaína S. da S. Educação, desigualdade e proteção social. O Social em Questão, Rio de Janeiro, n. 1, p. 131-154, 2022.

SUMIYA, Lilia Asuca. Desigualdade educacional. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: <<https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12616>>. Acesso em: 23 set. 2022.

VIEIRA, Cristiane Ramos. Pedagogia social: discursos e práticas. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Camara Bastos. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3832/1/390317.pdf>>. Acesso em: 15

mar. 2023.

WEGNER, Maraike. Pedagogia social e valores: o resgate do direito à educação. Orientadora: Laude Erandi Brandeburg. 2008. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Teologia - Programa de Pós-Graduação em Teologia, Religião e Educação, Faculdade EST, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/BR-SIFE/607/wegner_m_tm178.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mar. 2023.